

Solidariedade em tempos sombrios

Tributo aos “*Justos entre as nações*”

HELENA LEWIN

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Professora Colaboradora e Coordenadora do Programa de Estudos Judaicos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO No presente artigo, resgataremos a memória de alguns “*Justos entre as Nações*”, isto é, aquelas pessoas que, durante a Segunda Guerra Mundial, trabalharam para salvar as vidas de judeus ameaçados pelo nazismo e que, por sua atuação solidária e humanitária, foram reconhecidos e homenageados pelo Yad Vashem, o Museu do Holocausto de Jerusalém.

PALAVRAS-CHAVE Justos entre as Nações; Salvadores de Judeus; Holocausto; Yad Vashem; Luís Martins de Souza Dantas; Aracy de Carvalho Guimarães Rosa; Aristides Souza Mendes; Raoul Wallenberg; Chiune Sugihara; Irena Sendler; Nicholas Winton

ABSTRACT In the present article we will redeem the memory of some “*Righteous Among the Nations*”, that is, those persons who, during Second World War, worked to save the lives of Jews threatened by the Nazis and who, for their solidarity and humanitarian action, were recognized and honored by Yad Vashem, the Holocaust History Museum in Jerusalem.

KEYWORDS Righteous Among the Nations; Saviors of Jews; Holocaust; Yad Vashem; Luís Martins de Souza Dantas; Aracy de Carvalho Guimarães Rosa; Aristides Souza Mendes; Raoul Wallenberg; Chiune Sugihara; Irena Sendler; Nicholas Winton

Introdução

O sistema político nazista estabeleceu-se ancorado em uma economia bélica tendo como foco o domínio mundial – a Alemanha dos 1.000 anos –, uma nova era a ser instituída pela pretendida raça superior ariana. O governante convertido em Führer, o condutor das massas e não um representante destas, e exibindo poder inquestionável, colocava-se ditatorialmente acima do bem e do mal. Se, por um lado, Hitler jamais ocultou seu desprezo pelas massas, visto considerá-las destituídas de heroísmo e inteligência, por outro lado sua dominação carismática dependia da devoção irracional e do fanatismo das mesmas. Daí a importância de organizá-las, de despojá-las de sentido crítico que porventura pudessem exibir, ou seja, aliená-las completamente.

O estímulo ao preconceito antisemita criou um inimigo visível, o judeu, fácil de ser alcançado e sobre o qual repousava a atribuição de inimigo da pátria, pois sua figura aglutinava, contraditoriamente, os malefícios dos dois grandes sistemas políticos vigentes: ora rotulado de capitalista explorador das finanças internacionais, ora de comunista responsável pela instabilidade mundial devido ao chamamento ideológico à luta de classes.¹

Raul Hilberg (1985), em seu livro *The Destruction of the European Jews*, afirma que, na história europeia, houve três modalidades de política antijudaica: conversão, expulsão e eliminação. A destruição processada pelos nazistas não emergiu de um vácuo sociopolítico, representou a culminação de uma tendência historicamente progressiva. Segundo esse autor, o discurso dos missionários afirmava “você não têm o direito de viver entre nós como judeus”, correspondendo à etapa da conversão. Por sua vez,

os seculares atestavam “você não tem o direito de viver entre nós”, e, nesse caso, o instrumento utilizado foi a expulsão. Por fim, os nazistas decretaram “você não tem o direito de viver”, ou seja, a eliminação.

Correlacionando estas diferentes fases à legislação na Alemanha de Hitler, verifica-se um processo de discriminação crescente. O início do processo já ocorre em 1933, e sua escalada observa-se a partir das Leis de Nuremberg de 1935, ampliada sucessivamente nos anos posteriores, deixando largos espaços não escritos para ações rotuladas de “espontâneas”, praticadas pelas brigadas das AS,² como a que ocorreu na Noite de Cristais. Assim, o aparelho de estado nazista utilizava dois mecanismos de repressão: o oficioso, cujas ações eram acionadas para intervir com violência em movimentos de rua sobre aqueles marcados para morrer, e o formal, expresso inicialmente pela legislação vigente, que se autolegitimava progressivamente como um estado de destruição massiva dos judeus através de seu encarceramento em campos de trabalho e de aniquilamento.

Até o início de 1941, os judeus, principalmente os alemães, não acreditavam que um país de reconhecida cultura civilizatória como a Alemanha pudesse representar um perigo para sua população judaica ou ser portador de atitudes de violência programada. Julgavam tratar-se do clássico fenômeno do antissemitismo, tão presente no cotidiano das comunidades europeias, interpretado como uma onda que vem e vai embora. Essa atitude de conformidade das populações judaicas, decorrente de leituras ingênuas da realidade social, foi responsável pelo volumoso aporte demográfico na deportação para os campos de extermínio, apesar dos movimentos de resistência que ocorreram em vários guetos, sendo o de Varsóvia o mais abrangente e heroico.

Salvadores de judeus: os “justos entre as nações”³

Neste contexto de tempos sombrios, faz-se necessário assinalar o desempenho de determinadas embaixadas e consulados sediados na Europa no processo de salvação de milhares de judeus, concedendo-lhes visto de entrada em seus países apesar das proibições, arriscando vidas e carreiras. A esses cônsules e a todos aqueles que salvaram judeus da matança nazista, devem-se o respeito e a admiração por seu silencioso trabalho de resgate de vidas, sendo merecedores do título de heróis da Segunda Guerra Mundial.

Recuperar historicamente o papel dos protagonistas que livraram os judeus do extermínio nazista durante os tempos sombrios do Holocausto é o objetivo desta apresentação. Ao conceder aos judeus as oportunidades reais para fugirem daquela Europa conflagrada ou ao escondê-los em lugar seguro, estes homens e mulheres denotaram, em meio à barbárie, seus sentimentos de solidariedade e de compaixão além de sua postura político-ideológica democrática.

Baseando-se na Lei de Recordação dos Mártires e Heróis, o Parlamento israelense criou, em 1953, o Yad Vashem, tendo como obrigação institucional a permanente celebração religiosa e histórica em memória das vítimas do terrível massacre nazista, além de manifestar os agradecimentos a todos aqueles não-judeus que arriscaram suas vidas para salvar judeus durante o Holocausto, os “*Justos entre as Nações*”. Esse título designa uma pessoa de elevada moral, que oferece empatia, compaixão e ajuda a judeus em tempos de grandes dificuldades e perseguições. Refere-se a uma atuação excepcional que exhibe coragem e riscos, implicando perigos relativos à sua segurança, liberdade física, intelectual e profissional. O nome Yad Vashem foi inspirado

no livro de Isaías 56:5: “E a eles darei minha casa e dentro de meus muros um memorial (‘yad’, em hebraico) e um nome (‘shem’, em hebraico) eterno que não perecerá jamais.” O Yad Vashem, também conhecido como Museu do Holocausto de Jerusalém, abriga arquivos e uma biblioteca – a mais importante documentação do mundo sobre o Holocausto, reunindo 50 milhões de páginas de testemunhos, 80 mil livros e 4.500 revistas especializadas nesta temática –, além de publicar livros e realizar seminários, cursos e pesquisas.

Por sua vez, o termo “Justos entre as Nações” (*Chassidei Umot HaOlam*) foi tirado da tradição judaica – da literatura dos Sábios. Há uma série de explicações para o termo, tais como: não-judeus que vieram em auxílio do povo judeu em tempos de perigo; em outros casos, o termo é usado para descrever os não-judeus que observam os sete princípios básicos estabelecidos na Bíblia, as assim chamadas Leis de Noé – incluindo a proibição de derramamento de sangue. Alguns ainda defendem que o termo tem ligação com a crença existente no folclore judaico de que, em cada geração, existem trinta e seis homens justos ocultos de cujos méritos depende a existência do mundo; conforme a obra “Dicionário Judaico de Lendas e Tradições”, de autoria de Alan Unterman (1992), esses humildes homens perambulam no exílio com seus companheiros judeus, trabalhando como artesãos, só se fazem conhecer quando a comunidade está em perigo e, depois de agirem para salvar os judeus da ameaça, retornam ao seu anonimato, impedidos de se revelar aos outros, pois, se o fizerem, morrerão. Seja como for, as autoridades do Yad Vashem tomaram o termo existente e acrescentaram um novo significado a ele. O Yad Vashem passou a caracterizar como “*Justos entre as Nações*” aqueles que não só salvaram judeus, mas arriscaram suas vidas ao fazê-lo. Este viria a ser o critério básico

para a atribuição do título.

O salvamento dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial desdobrou-se em dois momentos cruciais. O primeiro concentrava-se em tirá-los da Europa. Fuga era, portanto, a meta. As rotas de fuga estavam fechadas e vigiadas. Cruzavam os Alpes para alcançar a Soesne, os Pirineus para chegar à Espanha, ou fugiam para a Rússia asiática. Nestas circunstâncias, o papel dos diplomáticos foi da maior importância na medida em que lhes concediam documentos que lhes possibilitavam mover-se em busca de refúgio em outros países. Nem todas as embaixadas e consulados abriram suas portas para atender as solicitações dos perseguidos. Isso acontecia com um mesmo país: algumas representações diplomáticas atendiam e outras recusavam, como aconteceu no caso do Brasil, Japão, Portugal, entre outros.

Com o agravamento da guerra, com a expansão das tropas nazistas sobre toda Europa, com as deportações crescentes e o estabelecimento dos campos de extermínio a todo vapor, a única saída para os judeus era desaparecer. Neste segundo momento, organizações privadas de solidariedade, além de pessoas comprometidas com seu dever de consciência, assumiram a tarefa de esconder como parte de suas atividades de resistência. Redes clandestinas de ajuda operando em vários países europeus dedicaram-se a torná-los invisíveis. Ou seja, substituir o anterior tipo de “fuga para fora” convertendo-o em “fuga para dentro”.

Além da relevante ajuda ofertada por diplomatas sediados na Europa, a salvação também veio de grupos que funcionavam como unidades clandestinas de resistência e que operavam na Holanda, Noruega, Bélgica e França, arranjando esconderijos para judeus, além de instituições religiosas, redes privadas de solidariedade e pessoas movidas por razões humanitárias.

Um dos casos mais impressionante foi o da pequena aldeia holandesa de Nieuwlande, cujos habitantes, entre 1942 e 1943, resolveram, de forma conjunta, que cada família ocultaria uma família ou um indivíduo judeu. Todos os 117 habitantes desta pequena comunidade foram honrados como “*Justos entre as Nações*”. Outro salvamento coletivo teve lugar na aldeia francesa de Le Chambon-sur-Lignon, cujo pastor protestante, André Trocmé, organizou seus fiéis para prover esconderijo e assistência aos judeus que fugiam dos nazistas. A Dinamarca foi o país onde se realizaram as operações de resgate mais completas e famosas de toda a área da Europa ocupada pelos nazistas. Em 1943, as autoridades alemãs de ocupação impuseram a lei marcial como resposta ao aumento dos atos de sabotagem da população nativa contra as instalações bélicas alemãs. A liderança do movimento de resistência da Dinamarca teve conhecimento de que os alemães planejavam deportar todos os judeus durante o período da lei marcial e que a data para tal ação estava marcada para os dias próximos. A resistência dinamarquesa organizou uma operação ampla para esconder os judeus em vários tipos de esconderijos, alcançando a quase totalidade da população judaica. Durante os dias seguintes, a resistência dinamarquesa organizou uma ampla operação de resgate na qual os pescadores dinamarqueses transportaram clandestinamente cerca de 7.200 judeus, de um total de 7.800 que viviam naquele país, em pequenos barcos de pesca, para locais seguros na Suécia neutra, em uma arriscada operação de salvamento. Todos esses salvadores foram mercadamente reconhecidos pelo Yad Vashem.

Em muitos casos, cidadãos comuns escolheram salvar judeus assumindo o risco de vida que uma ação dessas implicava, ocultando um ou mais judeus em suas próprias casas. Este salvador geralmente construía um “bunker” ou outro tipo de esconderijo

para ocultar o judeu que ali permanecia durante semanas, meses ou anos, e o alimentava mesmo em tempo de grande escassez de comida, compartilhando seu escasso pão. O número de judeus salvos por não-judeus durante o Holocausto é impreciso. Alguns dos judeus morreram depois da guerra ou durante a mesma, não tendo sido possível obter testemunhas ou saber o nome desses salvadores. Muitos deles preferiram o anonimato, mesmo depois da guerra, afirmando que seu comportamento era ditado por princípios imperiosos de consciência frente ao trágico silêncio da maioria dos europeus (que não reagiam à brutalidade vigente contra os judeus) e que, portanto, não se julgavam merecedores de prêmio ou reconhecimento algum.

Esses anônimos “*Salvadores de Judeus*”, no silêncio de seus atos, demonstraram enorme bravura, elevada consciência moral e um incomensurável respeito à vida de seu semelhante. Certamente, centenas deles não constam nos registros do Yad Vashem, e, por falta de provas e de testemunhos orais, não puderam ser nomeados institucionalmente como “*Justos entre as Nações*”. Porém, nas cerimônias dedicadas à lembrança das vítimas da Segunda Guerra Mundial, celebradas em todas as comunidades judaicas de todo o mundo, de forma religiosa ou secular, preces especiais são dedicadas a esses *Salvadores*, reconhecidos como heróis aos quais várias gerações de judeus devem suas vidas.

Até o final de 2010, haviam sido registrados, como “*Justos entre as Nações*”, mais de 23.700 nomes de homens e mulheres. Muitos deles foram convidados a plantar árvores em sua homenagem, visando a comemorar suas ações humanitárias. O simbolismo do plantio das árvores e seu consequente Bosque de Recordação, junto ao Jardim do Yad Vashem, estão intimamente associados ao significado de vida que a árvore representa, principalmente em uma terra árida, como é a de Israel, em

que cada árvore plantada constitui uma esperança no futuro e uma mensagem exemplar de paz.

Na impossibilidade de nominar cada um dos “*Justos entre as Nações*”, alguns nomes foram aqui selecionados visando a apresentar, de forma breve, sua “biografia de guerra”. Assim, serão apresentadas as trajetórias de cônsules envolvidos no resgate de judeus, deixando claro que estes não esgotam o elenco de nomes a quem se devem o respeito e os agradecimentos pelo desempenho heroico de salvar vidas, tanto de judeus como de não-judeus.

Segundo os dados do Yad Vashem, já são, atualmente, vinte os diplomatas condecorados. Do Brasil, há duas figuras marcantes, um homem e uma mulher. Esta é a única do sexo feminino de todo o grupo de diplomatas homenageados pelo Yad Vashem. Luís Martins de Souza Dantas e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa são os seus nomes. Grande foi a contribuição destes dois personagens no cenário da Segunda Guerra Mundial no que se refere à salvação de foragidos judeus.

Luís Martins de Souza Dantas foi o embaixador brasileiro em Paris de 1922 a 1942. Foi reconhecido pelo Museu do Holocausto de Jerusalém (*Yad Vashem*) como “*Justo entre as Nações*” por ter emitido centenas de vistos durante os difíceis anos do domínio nazista na Europa, sem alarde, silenciosamente. Rebelou-se contra as determinações do governo de Getúlio Vargas, que, através de circulares secretas enviadas às embaixadas brasileiras instaladas na Europa, determinava a proibição de atender solicitações de vistos a semitas para entrar no Brasil. Os vistos emitidos por Souza Dantas salvaram comprovadamente 478 pessoas, porém calcula-se que o número alcance a casa de 1.000, pois muitos, por medida de segurança, não foram computados por conta de sua natureza secreta. Quando, em 1942, os alemães romperam o armistício e invadiram a parte não ocupada da França,

todos os diplomatas sediados na França passaram a despachar em Vichy, que foi tomada pelos nazistas. O governo brasileiro havia rompido com a Alemanha e a ela declarado guerra. A embaixada brasileira em Vichy não ficou livre da violência nazista. Foi invadida, e o Embaixador Souza Dantas foi preso, juntamente com seus auxiliares, e foram todos confinados em Bad Godesberg, na Alemanha, por 14 meses. Libertado, ele voltou para o Brasil, onde havia sido planejada uma recepção festiva que, no entanto, foi abortada por Getúlio Vargas. Somente no dia 21 de dezembro de 1944, seu nome foi inscrito no Livro do Mérito Nacional, reconhecimento formal ao seu elevado desempenho nos serviços prestados à Nação. Morreu pobre e abandonado em Paris, em 1954. A recuperação histórica do diplomata Souza Dantas, figura que sequer aparece nos livros didáticos brasileiros, foi analisada no livro “*Antissemitismo na Era Vargas*”, de autoria de Maria Luiza Tucci Carneiro (1988), e, posteriormente, tornou-se tema da dissertação de Mestrado de Fabio Koifman (2000), com o título “*Quixote nas Trevas*”. Essas publicações foram responsáveis por trazer ao conhecimento público esse personagem que tanto benefício aportou àqueles que salvou, denotando heroísmo e grandeza de caráter.

Aracy de Carvalho Guimarães Rosa, a partir de 1934, trabalhou no consulado brasileiro em Hamburgo, Alemanha, como chefe do serviço de vistos. Perplexa e indignada com as terríveis perseguições e com a matança de judeus promovidas pelo nazismo, Aracy, ciente das proibições do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que determinava a não concessão de vistos aos apátridas (leia-se judeus), resolveu desobedecê-las. Passou, discretamente, a facilitar a emissão de vistos a dezenas de pessoas que buscavam ajuda no consulado brasileiro de Hamburgo. Em 1938, o diplomata brasileiro

João Guimarães Rosa foi nomeado Cônsul-Adjunto em Hamburgo e afirmou, posteriormente, ter ciência da desobediência de Aracy e ter lhe dado pleno apoio. Casaram-se em 1940. Viveram em Hamburgo até regressarem ao Brasil, em 1942, quando as relações diplomáticas entre a Alemanha e o Brasil foram rompidas. Consta, na obra “Concise Encyclopedia of the Holocaust” (BERGEN, 2003), que Aracy de Carvalho Guimarães Rosa começou a ajudar os judeus após o terrível “pogrom” ocorrido na noite de 9 de novembro de 1938 (que ficou conhecida como *Kristallnacht* - Noite dos Cristais) e que se estendeu por várias cidades da Alemanha e da Áustria. Multidões de nazistas enfurecidos atacaram sinagogas e queimaram objetos do ritual litúrgico judaico. Invadiram residências de judeus e violentaram mulheres e crianças. Depredaram estabelecimentos comerciais e saquearamos. Mataram 90 pessoas com requinte de crueldade. Este acontecimento marca o início da repressão sistemática contra os judeus, que objetivava, através da chamada “Solução Final”, o extermínio total dos judeus da Europa. Aracy, revoltada, não se intimidou e passou, daí em diante, a acelerar a emissão de vistos para os fugitivos judeus, ignorando as determinações do Itamaraty. Para tanto, contou com a cumplicidade de um funcionário da polícia de Hamburgo que emitia passaportes para judeus retirando do documento o “J” vermelho que os identificava como judeus, viabilizando a emissão de vistos nesses passaportes. Aracy não emitia apenas vistos. Ela protegia esses refugiados dando-lhes cobertura diplomática, abrigando judeus em sua própria casa (ou de pessoas de confiança) e garantindo sua saída da Alemanha. Em entrevista realizada com seu filho, Eduardo de Carvalho Tess, ele afirmou que sua mãe arriscou a vida, muitas vezes, ao transportar judeus no porta-malas de seu carro, apesar da vigilância da Gestapo. Oitenta

judeus foram salvos por esta corajosa mulher, aos quais se devem acrescentar muitos outros não-judeus perseguidos pelo nazismo. Era carinhosamente chamada de “O Anjo de Hamburgo” por todos aqueles que havia salvado da morte.

Aristides de Sousa Mendes, cônsul português em Bordeaux, contrariando as ordens de Salazar, assinou milhares de vistos para fugitivos judeus, salvando-os da morte caso fossem enviados para os campos de concentração, até ser afastado do cargo pelo ditador português. Os milhares de vistos eram assinados de dia e de noite, todos os dias, até a exaustão física. Portugal, como país neutro, transformara-se na única porta de saída para o deslocamento destes refugiados tentando alcançar outros destinos fora da Europa. Sousa Mendes percebeu que a rapidez na emissão dos vistos era crucial, pois, cada vez mais, o espaço fora do domínio alemão na Europa se estreitava. Até quando Portugal poderia se manter neutro? Esta era uma pergunta ansiosamente recorrente, e ele justificava sua pressa como um mandamento a ser cumprido. No processo a que foi submetido por ter descumprido as ordens governamentais, ele afirmou, em sua defesa, que as razões que o levaram a optar por tal atitude se vinculavam “à situação aflitiva de toda aquela gente que o comoveu profundamente”. Aristides de Sousa Mendes foi considerado culpado no inquérito disciplinar, tendo como pena a sua reforma compulsória com uma pensão reduzida que lhe impossibilitava sustentar sua família, sendo socorrido por seu irmão e pela comunidade judaica de Lisboa. Em 1954, morreu na mais extrema miséria. Em sua lápide, foi inscrita a passagem da Torá (*Quem salva uma vida, salva a humanidade*) como reconhecimento de seus méritos, embora sem nenhuma repercussão na imprensa portuguesa. Desde 1967, Aristides de Sousa Mendes é o único português portador do título “*Justo entre*

as Nações”, embora outros diplomatas portugueses também devam ser mencionados como salvadores de judeus: Sampaio Garrido e Teixeira Branquinho.

Raoul Wallenberg, diplomata da Embaixada da Suécia, sediada na Hungria, foi responsável pelo salvamento de milhares de judeus em arriscadas operações de proteção contra o exército alemão nazista, que ocupou este país em março de 1944. Em apenas dois meses, os alemães já haviam deportado 435.000 judeus para os campos de extermínio, restando apenas 200.000 pessoas da população nativa judaica. Em outubro do mesmo ano, as deportações foram reativadas em ritmo acelerado. Observando a tragicidade do destino de grandes contingentes populacionais marcados para morrer, a Suécia, país que conseguiu manter sua neutralidade, propôs, por meio de sua Embaixada, emitir passaportes aos judeus húngaros que tivessem alguma vinculação com cidadãos suecos, nomeando Raoul Wallenberg para assumir a chefia desta perigosa missão humanitária e política. Esta decisão do Ministro das Relações Exteriores da Suécia converteu-se em um decisivo sinal para iniciar a operação de salvamento. Paralelamente, a situação dos judeus remanescentes tornou-se ainda mais perigosa, tendo em vista a subida ao poder do partido Cruz de Flechas, declaradamente antisemita e aliado dos nazistas. Violência e assassinato explodiram nas ruas de Budapeste. Frente a essa conjuntura, Wallenberg resolveu intensificar seus esforços: durante os três meses seguintes, emitiu milhares de passaportes denominados de “*passaporte de proteção*” (*The Wallenberg’s Passport*). Esses novos documentos de identidade com as cores nacionais suecas – azul e amarelo – traziam o símbolo sueco das três coroas e eram assinados pelo ministro Carl Ivan Danielson, chefe da legação sueca, contendo a informação de que o portador achava-se sob sua proteção. Wallenberg estabeleceu

um departamento especial para fabricar os “passaportes de proteção”. Sua equipe chegou a ter mais de 400 pessoas, basicamente judeus, eles próprios isentos de usar a “estrela amarela”. Com a ajuda desta equipe, foram emitidos cerca de 15 a 20 mil passaportes. Quando Adolf Eichman, especialmente destacado para cumprir o programa de eliminação física dos judeus húngaros, parte do programa da “Solução Final”, ordenou a “Marcha da Morte” dos judeus de Budapeste até a fronteira austríaca, Raoul Wallenberg perseguiu as colunas de judeus em marcha para a morte retirando aqueles que portavam os “passaportes de proteção”, anteriormente expedidos, e os conduziu de volta à capital. Também foram alvo da atividade de salvamento de Wallenberg os judeus já embarcados em trens que se dirigiam a Auschwitz ou a campos de trabalho forçado, desembarcando aqueles que possuíam “passaporte de proteção”. Concomitantemente, Wallenberg teve apoio de diplomatas de outros países na emissão de vistos e no estabelecimento de albergues e seus esquemas de vigilância. Entre tais diplomatas, destacaram-se Angel Sank Briz, da Espanha, Carl Lutz, da Suíça, e Giorgio Perlasca, da Itália. Esse sistema de abrigo foi considerado como um espaço territorial neutro que teria que ser admitido por força das convenções internacionais. Esses albergues e espaços protegidos ficaram conhecidos como o “Gueto Internacional”, e, em suas janelas, tremulavam bandeiras brancas como sinal de interdição de entrada aos alemães e seus aliados. Grupos de voluntários se encarregaram da provisão de alimentos e do atendimento médico, formando uma subterrânea rede de solidariedade. Em janeiro de 1945, o exército soviético invade a Hungria, liberando-a do domínio nazista. Wallenberg tentou negociar o destino dos judeus internados no “Gueto Internacional” e no “Gueto Principal da Cidade de Budapeste”, argumentando que os primeiros ti-

nham proteção do governo sueco como portadores dos “passaportes de proteção” e que os demais eram refugiados de guerra e/ou apátridas devido ao confisco de seus documentos pelos nazistas. Os soviéticos, suspeitando que Wallenberg e os demais diplomatas suecos em Budapeste fossem agentes ou espões alemães, convocaram-nos a prestar esclarecimentos, sem respeitar suas imunidades diplomáticas. Um grande mistério se abateu sobre o destino de Raoul Wallenberg, que desapareceu sem deixar rastros, aos 33 anos. Durante anos, os soviéticos alegavam desconhecer seu paradeiro. Prisioneiros de guerra alemães que retornaram das prisões soviéticas afirmaram ter visto Wallenberg e que o conheceram na prisão. A partir destes testemunhos, o governo sueco exigiu informações do governo soviético, que, somente após a morte de Stalin, confessou que ele havia sido preso e tinha falecido na prisão em 1947. Ainda hoje, permanece o dramático mistério. Wallenberg tem sido alvo de inúmeras manifestações de solidariedade e de admiração por seu corajoso papel no salvamento de milhares de vítimas da Segunda Guerra Mundial. Como homenagem e como tributo a sua memória, seu nome está em ruas e praças de inúmeros países, tendo os Estados Unidos lhe outorgado a distinção de Cidadão Honorário. Raoul Wallenberg é um dos maiores heróis daqueles tempos sombrios. Sua coragem e sua consciência democrática são modelo para todas as gerações.

Outro relevante nome é o de Chiune (Sempo) Sugihara, Cônsul-Geral japonês, servindo em Kaunas, capital da Lituânia, entre 1939 e 1940. Com a invasão da Polônia por Hitler, levas de judeus se deslocaram para a Lituânia em busca de refúgio e de alternativas de fuga, relatando as atrocidades cometidas pelo exército invasor. Esses fugitivos chegavam despossuídos de dinheiro e documentos, sendo atendidos pela comunidade judaica local,

que, até então, vivia em paz, transformando a Lituânia em importante centro de cultura judaica, religiosa e secular. Em 1940, a situação começa a mudar quando da invasão da Lituânia pelos soviéticos. Estes permitiram aos refugiados judeus poloneses sair da Lituânia através da União Soviética se eles obtivessem documentos de viagem concedidos por algum consulado estabelecido no país. O consulado japonês e seu Cônsul-Geral Chiune Sugihara transformaram-se em importante instrumento de salvação para milhares de pessoas que lhes batiam à porta em busca de vistos de entrada no Japão, com passagem garantida pelas autoridades soviéticas em seu território. Concomitantemente, as autoridades soviéticas instruíram as missões diplomáticas de todos os países aí instalados para que cessassem imediatamente suas atividades, o que prontamente fizeram. Contudo, Sugihara conseguiu uma licença para ficar por mais vinte dias e permaneceu no país juntamente apenas com o cônsul holandês Jan Zwartendijk. Esses dois homens trabalharam arduamente em sua atividade humanitária. Jan Zwartendijk liberou vistos para as colônias holandesas do Caribe – as Antilhas e a Guiana (atualmente Suriname) –, cujas autoridades alfandegárias não eram exigentes na vigilância da legalidade dos passaportes distribuídos por seus consulados, conseguindo salvar muitas centenas de judeus. Mas o prazo de sua permanência havia se esgotado. Teve que sair da Lituânia não podendo dar seguimento a sua atividade altamente arriscada, mas plena de significado de solidariedade. Em frente ao consulado japonês em Kaunas, nos vinte dias prorrogados para a permanência de Sugihara, milhares de pessoas em fila, tristes mas esperançosas, esperavam. Como diplomata de carreira, tinha ciência de que deveria consultar seu Ministério das Relações Exteriores sobre a grande quantidade de vistos solicitados pelos judeus refugiados

na Lituânia. Depois de receber respostas negativas às várias solicitações, Sugihara, frente ao dilema entre obedecer a regras burocráticas e políticas de seu governo e salvar a vida de milhares de seres humanos, resolveu discutir com sua família as possíveis consequências de sua escolha: a concessão dos vistos. Obteve o apoio de sua família e recebeu de sua esposa Yukiko integral solidariedade, o que o ajudou até o final de sua estadia em Kaunas na tarefa de acelerar a emissão dos vistos. Trabalharam noite e dia, faziam suas refeições na mesa de trabalho, pois sabiam que o tempo era um recurso estratégico para salvar aqueles que dependiam desses documentos. A média diária de passaportes concedidos era de 300, número correspondente a um mês de trabalho consular. Com o empenho do casal Sugihara, foram expedidos seis mil vistos, que atualmente alcançam 40 mil pessoas se levarmos em consideração duas gerações de descendentes daqueles sobreviventes que receberam dos Sugihara a bênção de viver. Conta-se que já no trem de partida de Kaunas, da janela de seu vagão, ainda assinava vistos e entregava selos consulares para aqueles que não foram atendidos a tempo. Esses refugiados viajavam até Moscou, depois alcançavam Vladivostok pela linha férrea Trans-Siberiana e, em seguida, rumavam para Kobe, no Japão, onde podiam permanecer até seis meses, quando teriam que partir para outros destinos. Quando foi entrevistado, muitos anos mais tarde, Sugihara afirmou que sua decisão se pautou por dois motivos: “Primeiro, eles eram seres humanos e necessitavam de ajuda”, e, “segundo, eu estou satisfeito em ter encontrado forças para tomar a decisão que assumi”. Também declarou que “se eu não desobedecesse meu governo, estaria desobedecendo a Deus”. E, finalmente, utilizando-se de uma máxima samurai disse: “mesmo um caçador não pode matar um passarinho quando este voa em direção a ele em busca de refúgio”.

Fora da órbita diplomática, cabe uma importante menção ao nome de Irena Sendler, que, a partir de 1940, correu elevados riscos para levar víveres, medicamentos e roupas aos habitantes do Gueto de Varsóvia, que congregava, no seu interior, mais de 450 mil pessoas amontoadas em 4 km². Nascida em 1910, Irena estudou na Universidade de Varsóvia, tornando-se enfermeira diplomada, vindo a pertencer aos quadros do Departamento de Assistência Social desta cidade. Ainda antes da Segunda Guerra Mundial, já exercia sua profissão atendendo os bairros pobres de Varsóvia onde viviam muitas famílias judias. À época da invasão alemã na Polônia e da instalação do Gueto de Varsóvia, Irena Sendler usava a Estrela de Davi quando ia visitar o Gueto para ajudar seus habitantes. Assim o fazia para não chamar a atenção dos soldados alemães, comportando-se como se fosse uma judia anônima. Sua atenção preferencial dedicava às crianças, trazendo alimentos e remédios às desnutridas e doentes, ajudando as mães com conselhos e apoio. Até 1943, Irena e sua equipe de colaboradores fizeram sair do gueto de Varsóvia milhares de crianças judias, as quais colocavam em casa de famílias polonesas, orfanatos e conventos católicos. Ao todo, foram salvas cerca de 2.500 crianças, resgatadas pelas mãos de Irena Sendler. Era extremamente perigosa a operação estabelecida para salvar este enorme contingente de crianças. Tanto ela e sua equipe quanto as crianças retiradas do gueto corriam risco de vida. Irena dava-lhes um calmante e escondia-as dentro de malas, em sacos de batata e até de caixões, que depois eram transportados pelos bombeiros ou em caminhões de lixo. Irena Sendler foi muitas vezes entrevistada antes de morrer, principalmente pelas crianças que havia salvo, essas já na condição de adultos quando descobriram sua história e identidade, prestando-lhe homenagens, agradecimentos e testemunhan-

do suas heroicas ações. Irena afirmou, em um de seus depoimentos, que, quando propunha às famílias salvar-lhes os filhos, as reações eram trágicas. As mães não concebiam a ideia de se separar deles, preferindo “morrer juntos”. As que tomaram essa decisão demonstraram a maior coragem, afirmou Irena, anos depois. “Perguntavam-me se eu podia lhes prometer que os filhos sobreviveriam. O que eu podia prometer, quando eu sequer sabia se conseguiria sair do gueto?”. Seu trabalho de salvamento não terminava com o resgate físico das crianças. Sua preocupação era com o seu registro, ou seja, o futuro resgate de sua identidade passada. Ia registrando os antigos nomes das crianças e seus correspondentes novos nomes assim como os das famílias e dos conventos nas quais ficaram abrigadas, anotando tudo em papéis que ia juntando e guardando em potes de vidro que enterrava. Foi presa e torturada pela Gestapo em outubro de 1943. Quebraram-lhe os ossos dos pés e das pernas, mas Irena nada revelou. Condenada à morte, foi salva a caminho da execução por um soldado alemão subornado pela resistência polonesa. Depois da guerra, ela mesma desenterrou os frascos com os nomes das crianças, das famílias e dos conventos. Começou a busca pelos pais biológicos, mas a maioria havia morrido nos campos de concentração. Sua modéstia era impressionante, tendo declarado que “podia ter feito mais”. Foi um exemplo de dignidade e de amor ao próximo. Faleceu em 2008, aos 98 anos de idade.

Nicholas Winton, o herói silencioso, de nacionalidade inglesa, nasceu em 1909. Sua vida está associada ao resgate de 669 crianças judias da Tchecoslováquia, salvando-as da morte certa nos campos de concentração nazistas, enviando-as para a Inglaterra. Essa operação ficou conhecida como “Kindertransport” e consistia em organizar a saída dessas crianças e preparar famílias inglesas para recebê-las

e protegê-las durante o período da guerra. Planejou, com muito cuidado, o transporte de trem que levaria essas crianças, assim como um sistema de controle sobre as condições em que se encontravam essas crianças em lares que não eram os seus. Providenciou auxílio médico para atendê-las, além de apoio psicológico, visando a proporcionar-lhes segurança emocional. Longe de seus pais, essas crianças tiveram dificuldades de adaptação à língua e aos costumes diferentes dos seus. Mas essas situações problemáticas, quando existentes, eram mínimas em relação às vantagens auferidas pela salvação de suas vidas. No total, foram utilizados oito trens no transporte para a Inglaterra. O nono trem não conseguiu sair de Praga, foi retido pelos nazistas, e suas 250 crianças não tiveram a sorte de serem salvas. Isto porque a data de 3 de setembro de 1939, data prevista para a saída do trem, coincidiu com o dia em que a Inglaterra declarou guerra à Alemanha. Calcula-se que, atualmente, haja 5.000 descendentes das “crianças de Winton”, espalhadas por vários países do mundo, entre os quais os Estados Unidos, França, Canadá, Inglaterra e Brasil. Durante mais de 50 anos, Winton guardou segredo. Seu silêncio proposital revela a discrição e a modéstia deste grande homem, que nem sequer contou seus atos meritórios para sua família, porque os considerava uma obrigação moral, uma questão de foro íntimo. Por mero acaso, sua esposa encontrou uma velha pasta que continha anotações completas com os nomes das crianças e de seus pais e anunciou publicamente esta salvadora operação de resgate de crianças judias. Winton recebeu da Rainha Elizabeth II o título de Cavaleiro da Coroa e foi homenageado pelo exército tcheco com a medalha de mais alto escalão do exército. A titulação de “*Justo entre as Nações*” não lhe foi outorgada pelo Yad Vashem, pois Winton tinha antecedentes judaicos e, nos estatutos dessa institui-

ção de Memória e Recordação do Holocausto, a concessão é exclusivamente oferecida a não-judeus. A operação “Kindertransport” foi responsável pela salvação de milhares de crianças judias, e nela, além de Nicholas Winton, atuaram muitos outros beneméritos, tendo o governo da Inglaterra como parceiro institucional que assegurou o recebimento e a colocação destas crianças em casas de famílias inglesas.

Considerações finais

Quais teriam sido os motivos que levaram indivíduos a salvar judeus da morte e da deportação enquanto eles mesmos e suas famílias corriam perigo de vida? As respostas desses salvadores, quando inquiridos, centravam-se em um núcleo recorrente que permite compreender a ação corajosa destes indivíduos. As respostas mais frequentes eram: “Foi uma decisão deliberada de se comportar de maneira civilizada”; “Nós fizemos o que tinha que ser feito”; “Qualquer pessoa faria o mesmo”; “É dever do homem salvar seu semelhante.” Essas respostas demonstram a corajosa atitude que tomaram, sabendo de antemão dos grandes perigos que assumiam, além de revelarem a grandeza de caráter e de atitudes de solidariedade e piedade. Riscos que não se esgotavam em um ou dois dias, riscos que permaneciam por semanas, meses ou anos, enquanto havia judeus abrigados em sua casa, sem mencionar a questão da alimentação em tempo de escassez e de cartões de racionamento.

As pessoas que punham suas vidas em risco ao salvar judeus geralmente os conheciam desde antes da guerra – muitos eram amigos pessoais ou vizinhos, sócios de empreendimentos comerciais ou trabalharam juntos no mesmo emprego, outros eram professores, médicos, colegas de escola ou membros de instituições políticas, culturais, entre

outras possibilidades. Muitas mulheres salvadoras foram empregadas domésticas ou babás de crianças judias. O prévio conhecimento e a amizade tiveram um papel significativo no ato de resgate, mas nem todos abriram suas portas. Contudo, muitos dos salvados jamais haviam visto a pessoa ou a família que lhes deu abrigo, seus salvadores.

No mundo ocidental, as Igrejas – católica e protestante – exercem o papel de transmissoras de valores associados à moralidade, à defesa da justiça e do comportamento ético e solidário. Em todas essas tarefas, as Igrejas fracassaram durante os anos do Holocausto. Não falaram a favor dos judeus, dos ciganos, das Testemunhas de Jeová, dos homossexuais e de outras minorias perseguidas. Não lembraram aos cristãos que era moral e eticamente errado apossar-se dos bens alheios e que era moralmente errado marcar, segregar, deportar, delatar e matar.

Há, contudo, uma diferença entre *la grande église* – a hierarquia superior da Igreja – e *la petite église* – as organizações de base ou compostas por indivíduos religiosos locais. Em toda a Europa, muitas freiras, padres, pastores e prelados agiam independentemente. Falaram contra o mal que testemunhavam e empenharam-se em todos os tipos de resgate clandestino. Uns poucos, como Monsenhor Jules Gerard Saliège – arcebispo de Toulouse – eram autoridades de alto escalão. Monsenhor Saliège não esperou instruções ou permissão de Roma para deixar bem clara sua posição: criticou com força o antissemitismo, o racismo e os programas desenvolvidos pelos nazistas, ocupando o púlpito de sua diocese para denunciar e incentivar seus seguidores a flexibilizar seus corações.

Produziu uma Carta Pastoral que foi lida em todas as paróquias sob sua responsabilidade, no dia 23 de agosto de 1942, apesar dos esforços dos prefeitos para impedir sua leitura. Com esta Carta, Monsenhor Saliège fez a primeira crítica pública

partindo de um dignatário da alta hierarquia da Igreja Católica. Três outros bispos fizeram declarações semelhantes. Cada um agiu independentemente de Roma. Seus 31 colegas bispos franceses não disseram nada. Em silêncio estavam e em silêncio ficaram.

A Congregação das Irmãs Franciscanas da Família de Maria esteve ativa em toda a Polônia, escondendo centenas de crianças judias em suas casas-conventos. Não foi um caso único. Calcula-se que dois terços das 74 comunidades femininas na Polônia abrigaram crianças judias durante a guerra.

Em nenhuma parte, a discrepância entre a *la grande église* e a *la petite église* foi mais evidente do que em Roma. Enquanto o silêncio do Papa Pio XII foi um dramático exemplo canônico de tácita colaboração, vários mosteiros e conventos ofereceram refúgio depois da invasão do gueto de Roma pelos alemães.

Os protestantes, em âmbito local, eram tão ativos quanto os católicos. Contudo, sua liderança religiosa comportou-se indiferente, apresentando a mesma conduta da grande *église catholique*.

Para terminar, desejo citar a fala de Padre Bruno, da Bélgica, que, em 1964, foi honrado como “Justo entre as Nações” por ter salvado 320 judeus. Ele declarou: “Salvei? Eu, apenas, procurei abrigo para esses judeus, mas procurar abrigo sem encontrar é infrutífero: encontrar é essencial! Mas encontrar não foi meu trabalho, porque encontrar significa que portas foram abertas, a porta de uma casa, a porta do coração.”

NOTAS

1 Diversos livros e artigos abordam a questão do Holocausto. Entre os que foram consultados para a elaboração deste artigo estão Hilberg, 1985; Bankier, 1986; Davidovitch, 1988; Goldhagen, 1997; Arendt, 1999; Rozett e Spector, 2000; Bergen, 2003; Marrus, 2003; *Shoá – Enciclopédia do Holocausto*, 2004; Dwork e Pelt, 2004; Emmert, 2006;

2 Sigla derivada da palavra alemã *Sturmabteilung*, ou “Tropas de Assalto”.

3 Sobre os ‘justos entre as nações’ ver, entre outros, Gilbert (2004) e Gutman (2003). Ver, também, o website da *International Raoul Wallenberg Foundation*: <http://www.raoulwallenberg.net>

REFERÊNCIAS

- ARENDR, Hannah. *Las Orígenes del Totalitarismo*. Madrid: Alianza, 1999.
- BANKIER, David (org). *El Holocausto: Perpetradores, Víctimas, Testigos*. Jerusalem: Magnes Press, 1986.
- BERGEN, Doris. *War & Genocide: A Concise History of the Holocaust*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2003.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Antissemitismo na Era Vargas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DAVIDOVITCH, Lucy S. *The War Against The Jews*. New York: Bantam Books, 1988.
- DWORK, Deborah; Pelt, Robert Jan van. *Holocausto; uma história*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- EMMERT, Frantisek. *The Holocaust. Czech Republic*: Computer Press, 2006.
- GILBERT, Martin. *The Righteous; the unsung heroes of the Holocaust*. New York: Henry Holt & Company, 2004.
- GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os Carrascos Voluntários de Hitler*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

GUTMAN, Israel. *Dictionaire des Justes de France*.
Jerusalem: Yad Vashem /Paris: Librairie Arthème Fayard,
2003.

HILBERG, Raul. *The Destruction of European Jews*. New
York: Holmes & Meier Publishing, 1985.

KOIFMAN, Fábio. *Quixote nas Trevas; o embaixador Souza
Dantas e os refugiados do nazismo*. Rio de Janeiro: Record,
2000.

MARRUS, Michel R. *A Assustadora História do Holocausto*.
Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ROZETT, Robert; SPECTOR, Shmuel (org). *Encyclopedia of
the Holocaust*. Jerusalem: Yad Vashem, 2000.

UNTERMAN, Alan. *Dicionário Judaico de Lendas e
Tradições*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

SHOÁ – *Enciclopedia del Holocausto*. Jerusalem: E.D.Z
Nativ Ediciones, 2004.